

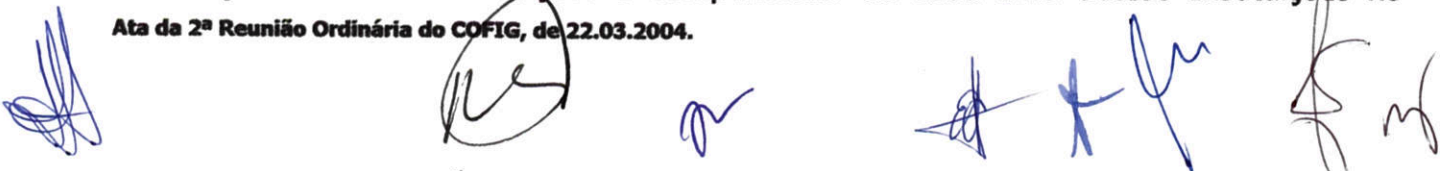
COMITÊ DE FINANCIAMENTO E GARANTIA DAS EXPORTAÇÕES - COFIG
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA
22.03.2004

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e dois de março de dois mil e quatro, na sala de reuniões da Secretaria-Executiva do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, na Esplanada dos Ministérios, Bloco J, 8º andar, foi realizada a 2ª Reunião Ordinária do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações - COFIG, sob a presidência do Sr. Marcio Fortes de Almeida, Secretário-Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e Presidente do COFIG, e com a participação dos demais Membros, a saber: Sr. Arno Meyer, representante titular do Ministério da Fazenda e Secretário-Executivo do COFIG; Sr. Embaixador Ruy Carlos Pereira, representante suplente do Ministério das Relações Exteriores; Sr. Edilson Guimarães, representante suplente do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Sr. José Carlos Rocha Miranda, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Sra. Sheila Ribeiro Ferreira, representante suplente da Casa Civil da Presidência da República; e Sr. Tarcísio José Massote de Godoy, representante suplente da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda. Também estiveram presentes a representante suplente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sra. Maria da Glória Rodrigues Camara, e o representante suplente do Ministério da Fazenda e da Secretaria-Executiva do COFIG, Sr. Luiz Fernando Pires Augusto. Como convidados participaram da reunião os Srs. João Pinto Rabelo Junior e Fernando Magno Pompeu Campos, representando o Banco do Brasil S.A., os Srs. Luiz Eduardo Melin de Carvalho e Silva e Ernani Teixeira Torres Filho, representando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o Sr. José Farias de Sousa, representando o IRB-Brasil Resseguros S.A. e o Sr. Marcelo Pinheiro Franco, representando a Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE. Como assessores estiveram presentes o Sr. Gustavo Gimenez Nonato (MDIC), o Sr. Robério Carlos (MF), o Sr. Almir Lima Nascimento (MRE), o Sr. Luiz Antonio Cardoso (STN), a Sra. Lúcia Helena Monteiro Souza (BB), a Sra. Helena Tenório Veiga (BNDES) e o Sr. Marcos A. B. Barbosa (SBCE). Verificada a existência de *quórum*, o Sr. Marcio Fortes de Almeida, Presidente do COFIG, deu início à reunião, que tinha como objetivo deliberar sobre a seguinte pauta:

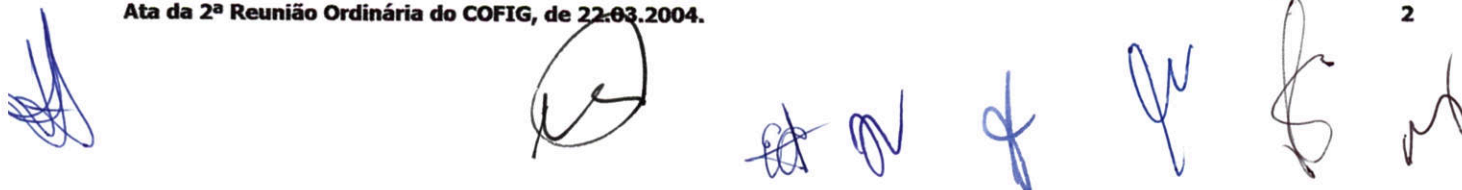
- 1 - Abertura**
- 2 - Apresentação dos Agentes**
 - 2.1 - Banco do Brasil e BNDES**
 - 2.2 - SBCE e IRB-Brasil Resseguros S.A.**
- 3 - Outros Assuntos**

O Presidente do COFIG iniciou os trabalhos informando aos presentes que na reunião seriam apresentadas, pelos representantes do Banco do Brasil S.A., do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, do IRB-Brasil Resseguros S.A. e da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE, palestras com o objetivo de prestar informações sobre as atribuições e competências de cada uma dessas Instituições no

Ata da 2ª Reunião Ordinária do COFIG, de 22.03.2004.



Programa de Financiamento às Exportações - PROEX e no Seguro de Crédito à Exportação - SCE, cabendo-lhes também avaliar o desempenho desses instrumentos no fomento da política de comércio exterior. Em seguida, foi dada a palavra ao representante do IRB-Brasil Resseguros S.A., Sr. José Farias de Sousa, que iniciou sua apresentação com informações de caráter geral sobre o desempenho da empresa, ressaltando sua atuação no segmento privado e também como representante da União. Esclareceu que, com a função de ressegurador privado, cuja atividade fim consiste em assumir parte das responsabilidades aceitas pelas seguradoras, o que resulta em maior estabilidade aos seus resultados e aumenta sua capacidade de realizar negócios, a Entidade vem atuando de forma lucrativa nos seus 65 anos de vida. Enfatizou que nas atividades como agente de governo e, especificamente no Seguro de Crédito à Exportação, vem operando como mandatário da União desde 1965, por força da Lei nº 4.678/1965 e do Decreto nº 57.286/1995. Relatou que no atual modelo de Seguro de Crédito à Exportação a representatividade do IRB-Brasil Resseguros S.A. como mandatário da União foi mantida, sendo-lhe delegada alçada de competência para aprovar garantias de até US\$ 5 milhões e caracterizar sinistros de até US\$ 1 milhão, além de participar do processo de emissão de todas as garantias. Esclareceu que, para o desempenho de suas tarefas, conta com o apoio da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE, formalizado por contrato de prestação de serviços. O representante do IRB-Brasil Resseguros S.A. informou que, ainda em 2004, a Seguradora Euler Hermes Seguros de Crédito à Exportação e a Seguradora de Crédito do Brasil estarão iniciando suas atividades na emissão de apólices para operações de curto prazo garantindo Riscos Comerciais e Riscos Políticos e Extraordinários. O Sr. José Farias de Sousa mostrou sua preocupação pela falta de implementação do sistema de cobrança de créditos brasileiros no exterior, fato que pode levar devedores estrangeiros ao não pagamento de suas dívidas. Também relatou as dificuldades dos exportadores brasileiros de serviços (pequenos e médios) na constituição das garantias exigidas pelos contratantes estrangeiros, por força dos contratos a serem executados no exterior, deixando-os quase que sem outra alternativa além da fiança bancária, muito mais cara que o seguro de crédito à exportação. Como solução para a questão, sugeriu que seja feito estudo objetivando permitir a ampliação do uso do Fundo de Garantia à Exportação - FGE para esses fins, examinando a conveniência em modificar a Lei nº 6.704/1979, de maneira a permitir que a seguradora de crédito possa operar o seguro de garantia. Finalizando a sua apresentação, o Sr. José Farias de Sousa propôs o exame de ampliação das alçadas de competência daquele Instituto para permitir que se tenha maior agilidade na aprovação das garantias. Em seguida, o Presidente do COFIG solicitou ao representante do BNDES que iniciasse sua apresentação. Assim, o Sr. Ernani Teixeira Torres Filho começou apresentando informações de caráter geral sobre o BNDES e sua atuação na área de exportação. Mostrou o elevado crescimento dos desembolsos para exportação desde 1996, atingindo em 2003 a cifra de US\$ 4 bilhões. Relatou que, no mesmo ano, a participação da sua carteira de exportação em termos de desembolso total apresentou crescimento de 34%. O Sr. Ernani Torres apresentou quadro do financiamento à exportação no Brasil comparativamente com o México, Coréia e Canadá, ficando claro que temos o menor sistema de crédito na relação PIB/Comércio Exterior. Outro aspecto abordado foi a questão da origem de recursos do BNDES via-à-vis sua aplicação, bem como os custos associados aos financiamentos da área de exportação. Nas projeções que foram apresentadas sobre os desembolsos em 2004, chamou a atenção o valor de US\$ 1,7 bilhões destinado ao setor aéreo, onde boa parte dos recursos trata-se de compromissos

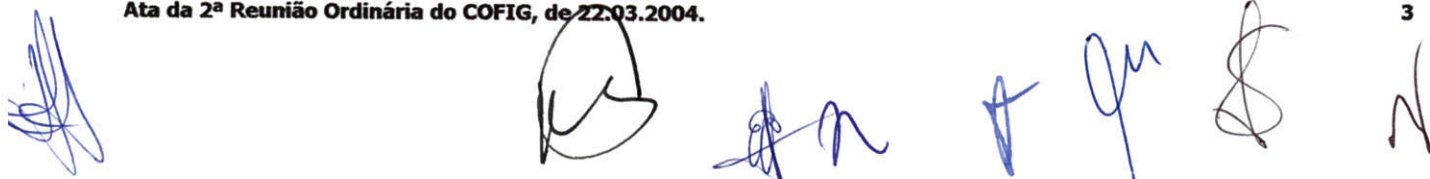


já assumidos com aquele segmento. O Sr. Ernani Torres entrou na segunda parte da apresentação focando a interação do BNDES com o Sistema de Equalização de Taxas de Juros, o Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos - CCR e o Seguro de Crédito à Exportação. Os números que tratam da evolução da participação do BNDES na modalidade de Equalização de Taxas de Juros apontaram para um crescimento acima de 95%, se considerarmos que em 2000 representava 46% do total de NTN-Is e em 2003 evoluiu para 89%. Este crescimento pode ser explicado em grande parte pela concentração da concessão do benefício da equalização para as operações de exportação da EMBRAER e pela redução do financiamento de bancos privados para o setor aéreo após 11 de setembro de 2001. O representante do Banco do Brasil, Sr. Fernando Magno Pompeu Campos, pediu aparte para confirmar que houve redução do número de beneficiários interessados no Sistema de Equalização de Taxas de Juros e que, também, o fato estava diretamente relacionado com a suspensão parcial das operações com empresas *intercompanies*. Retomando a palavra, o representante do BNDES mostrou que a partir de 2000 houve queda expressiva das operações cursadas no CCR e que em 2002 começaram a registrar pequena recuperação decorrente das novas condições do Convênio, estabelecidas no Decreto nº 4.539, de 23 de dezembro de 2002. Na análise do Seguro de Crédito à Exportação, constatou que em 2000 a participação do BNDES no valor total de apólices foi de 75% e que em 2003 saltou para 99% do montante emitido, fruto das operações de exportação da EMBRAER. Dando continuidade a sua apresentação, o Sr. Ernani Torres passou a mostrar as principais dificuldades encontradas pelo BNDES na condução do PROEX e do Seguro de Crédito à Exportação: (a) a precificação das operações da EMBRAER deve seguir o modelo *cost-plus*, onde o preço final pago pelo importador é o somatório do preço do bem acrescido do custo do financiamento e do seguro de crédito que são conhecidos pelo exportador antes de negociar com o comprador; (b) para as operações contratadas de interesse da EMBRAER, deve-se registrar o compromisso do Tesouro Nacional na concessão da equalização e, para as novas contratações, deve-se discutir o montante de apoio disponível; (c) existem dificuldades na concretização de operações cursadas no CCR sem a cobertura integral do Seguro de Crédito à Exportação; (d) burocracia na obtenção do Seguro de Crédito à Exportação e no enquadramento da operação no Sistema de Equalização de Taxas de Juros; (e) aumento dos custos com o novo CCR, devido o descasamento da data do pagamento acordada com o importador e a do efetivo pagamento (compensação quadrimestral); e (f) definição do processo de recuperação e renegociação de dívidas inadimplentes. Finalizando a exposição, o representante do BNDES apresentou as seguintes sugestões para a melhoria dos mecanismos de financiamento do Seguro de Crédito à Exportação e da Equalização de Taxas de Juros: (a) concessão de financiamento em euros; (b) instituição de apólices globais para operações no CCR; (c) cobertura de 100% para operações cursadas no CCR; (d) equalização para operações de integração na América do Sul de caráter concessional; (e) redução do impacto da equalização sobre a NFSP; (f) *spread* de equalização pré-definido; e (g) criação de câmara específica para tratar de assuntos relacionados ao apoio à EMBRAER. Por sugestão do Sr. Presidente do COFIG, as apresentações da Seguradora Brasileira de Crédito à Exportação - SBCE e do Banco do Brasil S.A. e o item **3 - Outros Assuntos** foram postergados para a próxima Reunião Ordinária.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, lavrando-se a presente ata.

Ata da 2ª Reunião Ordinária do COFIG, de 22.03.2004.

3





Arno Meyer



Edilson Guimarães



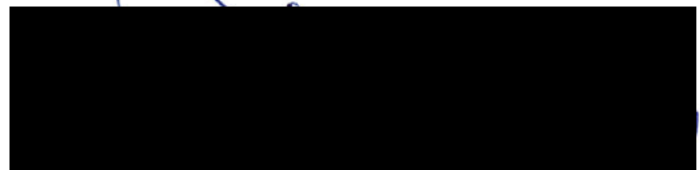
Shéila Ribeiro Ferreira



Ruy Carlos Pereira



Jose Carlos Rocha Miranda



Tarcísio José Massote de Godoy



Marcio Fortes de Almeida
Presidente do COFIG